

## **14 de março: 1 ano da execução de Marielle Franco**

Há exatamente 1 ano, no dia 14 de março de 2018, era assassinada Marielle Franco, vereadora da cidade do Rio de Janeiro. Mulher, negra, bissexual e criada na Favela da Maré, sua presença desafiava e assustava um sistema político que sempre foi branco, masculino e heteronormativo. Por isso mesmo, ela era a expressão de tudo o que a onda extremamente conservadora que cresceu no Brasil ao longo dos últimos anos quer destruir.

Marielle, que tinha 38 anos e foi morta com 4 tiros na cabeça, havia se candidatado pela primeira vez na eleição de 2016, quando foi a quinta vereadora mais votada do Rio de Janeiro, com 46.502 votos. O assassinato ocorreu em seu carro, minutos depois que Marielle havia participado de uma roda de conversa chamada “Jovens Negras Movendo Estruturas”, na Casa das Pretas, um espaço coletivo de mulheres negras no centro do Rio de Janeiro. Com ela, morreu também o seu motorista, Anderson Gomes, de 39 anos.

Antes de ser vereadora, Marielle foi coordenadora da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Nessa função, dava suporte jurídico e psicológico a familiares de vítimas de homicídios e de policiais mortos ou feridos em serviço.

No ano de sua morte, o Rio de Janeiro estava sob intervenção federal militar, com a justificativa de conter a violência urbana. Marielle alertava que a intervenção significaria um acirramento da violência sobre os corpos de favelados e faveladas e fez da Câmara dos Vereadores um palco de denúncia das mortes da juventude negra nas favelas. Um dia antes de morrer, ao denunciar nas redes sociais mais um homicídio praticado pela Polícia Militar do Rio de Janeiro contra um jovem negro, Marielle se perguntou: “Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?”.

O Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos considerou o assassinato de Marielle como a expressão mais evidente da violência que pretende calar e intimidar quem defende os direitos humanos no Brasil. De fato, a sua morte revela não somente o ambiente intimidatório para defensores de direitos humanos, mas também expressa o descompromisso político do Estado Brasileiro para com as vidas negras, de mulheres e LGBTI+ desse país, confirmado pela brutalidade com que Marielle Franco, que tinha pouco mais de 1 ano de mandato como vereadora, foi executada.

Nessa semana, passado 1 ano de sua morte, duas pessoas foram presas. Um sargento reformado e um ex-policial. As autoridades afirmam que houve uma preparação de 3 meses para o seu assassinato e que Marielle foi executada por suas convicções políticas, ou seja por ter a ousadia de ocupar um espaço político que nunca teve compromisso com as vidas das pessoas negras, pobres, mulheres e LGBTI+ e de denunciar as violências perpetradas

contra essas vidas. No entanto, ainda que seja um passo importante, a principal pergunta continua sem resposta: Quem mandou matar Marielle Franco? Por quê?

Se a execução de Marielle tentou calar a voz daqueles e daquelas que, como ela, lutavam pela liberdade e pela igualdade para todas as pessoas que sofrem na carne as múltiplas consequências do racismo, do machismo e da lgbtfofia, essa tentativa falhou. Como diz o provérbio mexicano: “tentaram nos enterrar, mas não sabiam que éramos sementes”.

Hoje, dia em que se completa 1 ano de sua morte, o Instituto Race and Equality acredita que a luta de Marielle Franco por liberdade e igualdade continua a florescer e deseja se unir a todos aqueles e aquelas que querem construir um mundo em que LGBTI+, negros/as e mulheres possam viver de maneira digna e plena.

Raça e Igualdade convoca o Estado Brasileiro a continuar avançando na investigação criminal deste fato, a fim de julgar não só os autores materiais do delito, mas também os autores intelectuais, bem como estabelecer os interesses que eles tinham no homicídio. Da mesma forma, o Estado brasileiro deve adotar medidas que permitam compensar a afetação que esse homicídio teve nas vozes das comunidades mais excluídas e vulnerabilizadas do país.